



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

**CPI - TRÁFICO DE ARMAS**

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0249/05	DATA: 30/3/2005
INÍCIO: 15h05min	TÉRMINO: 16h08min	DURAÇÃO: 01h
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h	PÁGINAS: 19	QUARTOS: 13

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**LUIZ FERNANDO CORRÊA - Secretário Nacional de Segurança Pública.**

**SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Deliberação de requerimentos.**

**OBSERVAÇÕES**

Há intervenção inaudível.  
A reunião foi transformada em secreta.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 4<sup>a</sup> reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar organizações criminosas do tráfico de armas.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 3<sup>a</sup> reunião. Sendo assim, indago se há necessidade da sua leitura.

**O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE** - Peço que seja dispensada a leitura, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Dispensada a leitura, em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação a ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública com o Sr. Luiz Fernando Corrêa, Secretário Nacional de Segurança Pública, e para deliberação de requerimentos.

Dr. Luiz Fernando Corrêa está ao nosso lado. Desde já, agradecemos sua boa vontade em atender, mesmo com 2 dias de atraso, a este chamado da CPI. S.Sa., além de Delegado Federal, meu colega, com muito orgulho, trabalhou bastante com membros desta CPI na CPI do Narcotráfico, no Rio Grande do Sul. Então, tem experiência vasta nesse trabalho. Também tem uma equipe.

Vamos ouvi-lo até que julgue necessário ser a reunião reservada, quando, então, vamos falar reservadamente. Para alguns depoentes e depoimentos talvez seja interessante falarmos reservadamente.

Num primeiro momento, o Dr. Luiz Fernando Corrêa tem o tempo que desejar, embora o Regimento Interno determine 20 minutos. Os Deputados podem se inscrever na Secretaria para argüir qualquer coisa que desejem.

Com a palavra o Dr. Luiz Fernando Corrêa.

**O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA** - Boa-tarde, Deputado Moroni Torgan, Deputado Paulo Pimenta, Deputado Francisco Appio, demais Deputados presentes no plenário. Quem tem de agradecer sou eu pelo convite de participar desta CPI, em particular, pela sugestão do Deputado Appio, que indicou nosso nome. Da mesma forma como trabalhamos na CPI do Crime Organizado, na Assembléia do Rio Grande do Sul, queremos também contribuir com esta, principalmente porque as



CPIs têm um papel importante que agrega, e aqui fala um Delegado que estava, a época, à frente de uma unidade operacional da Polícia Federal, que o Estado, através das suas instituições tem uma capacidade, um fôlego, e uma CPI, principalmente com a constituição desta aqui, empresta legitimidade, um maior alcance, mobilização da sociedade em torno do tema e, com certeza, com uma também celeridade permitindo um diagnóstico sobre os problemas objeto de cada uma delas. Então, para nós, é um prazer estar aqui. O Deputado Appio, quando nos indicou, tinha em mente, talvez, um Delegado Federal, chefe de uma unidade operacional, e hoje temos uma atribuição um pouco diferente, que é conduzir a política de segurança pública do Ministério da Justiça. Mas o Ministro também, quando nos convocou o fez, com certeza, em homenagem a nossa instituição Polícia Federal, que pertence ao Ministério da Justiça, e que vem no dia-a-dia prestando grandes serviços à sociedade e apoiando as Comissões Parlamentares de Inquérito, tanto em nível federal quanto nas Assembléias Estaduais. E nós, ao assumirmos, em novembro de 2003, no mês de dezembro já fomos contemplados, enquanto cidadão e também um novo instrumento que era o Estatuto do Desarmamento, nessa política de segurança pública do País, que tem a ver com o tema do tráfico de armas. Mas qual é o papel que nos cabe nessa nova fase da carreira e que também queremos emprestar para esta CPI? É a implementação do Sistema Único de Segurança Pública, que, em síntese, já foi por diversas vezes discutido aqui neste plenário, busca a integração entre as Instituições Policiais Estaduais entre elas, que é público que as instituições não trabalham de maneira integrada nos Estados, e dessas com a União, envolvendo também os Municípios no campo da prevenção. E esse trabalho vem sendo implementado e de uma forma que, com certeza, vai contribuir para a CPI, que marca muito a fase que estamos vivendo, que é o envolvimento dos agentes estaduais na condução da política. Para todas as ações que estão sendo construídas buscando a implementação da política de integração plena, são chamadas os agentes públicos estaduais, tanto militares como estaduais e também os federais, para, em conjunto, construírem as soluções. O que isso nos garante? Uma perenidade nessa política que caracteriza uma política de Estado em segurança pública, porque quem vai conduzir as ações no dia a dia serão os agentes públicos encarregados da segurança em cada uma unidade da Federação. Isso tem permitido uma articulação da SENASP com as forças estaduais



---

e uma harmonia perfeita entre esses agentes públicos em cada uma dessas áreas sensíveis. Podemos citar uma das ações que tem tido uma certa visibilidade, que é a Força Nacional de Segurança Pública, onde se busca não constituir um grupo de empregou ou de intervenção, e, sim, um grupo dentro desse conceito, com a participação dos policiais militares estaduais, a fixação de uma doutrina nacional de policiamento ostensivo e de emprego legal da força, com observância dos direitos humanos e a melhor técnica policial possível, para que tenhamos nivelado no Brasil inteiro os procedimentos de Polícia Militar. Da mesma forma, as polícias civis estão concluindo esta semana, em conjunto com a SENASP, várias ações definindo o rumo da ação da SENASP visando melhorar atendimento ao público e a polícia judiciária final, o inquérito, a investigação, no âmbito das polícias estaduais. Estou passando rapidamente só para consolidar o princípio da construção coletiva com os agentes públicos. Também algumas medidas estruturantes que podem e, com certeza, serão utilizadas aqui na área de controle do conhecimento, gestão do conhecimento, no caso do INFOSEG, um instrumento conhecido pelos nossos colegas policiais, mas que estava desacreditado, e ele foi totalmente remodelado, e também foi construído com a participação das 27 Unidades da Federação. Hoje contamos com as 27 unidades interligadas, 22 abastecendo com dados em tempo real, ampliando a inclusão de dados da Receita Federal, Forças Armadas, no tocante às armas, Polícia Federal com o SINARM. E essas informações estão disponíveis para todos os policiais do País em todos os níveis. Então, são medidas estruturantes que demoram para transferir a sensação de segurança para o cidadão, mas, como estruturantes que são, com certeza vão consolidar e no seu tempo vão produzir seus resultados. Com isso, queremos dizer que a SENASP tem hoje uma articulação perfeita com a esfera política dos Estados no campo da segurança pública e no campo técnico com todas as instituições. Estamos construindo modelos de inteligência, porque costumamos dizer que, se a Polícia Federal tem um bom desempenho e ela é constituída por brasileiros maiores, são os mesmos homens e mulheres que constituem as forças estaduais, então, a questão é estrutural. Temos de criar um ambiente nos Estados para reproduzir a excelência da atuação da Polícia Federal. E a SENASP também preside o Subsistema de Inteligência em Segurança Pública do Sistema Brasileiro de Inteligência. Isso está sendo regulamentado de forma a criar uma cadeia confiável e profissional no tratamento de



informações. Essas ferramentas vão permitir que os Estados comecem a produzir investigação e produção de provas no mesmo nível que a Polícia Federal vem fazendo e complementando a capacidade federal e dotando o País de respostas. Aqui, volta o tema da CPI: armas, como drogas ou qualquer outra atividade, é típica de organização criminosa. Nós não vamos combater com medidas paliativas ou até mesmo com saturação de homens nas fronteiras, como muita gente pede. Se nós colocarmos um homem a cada metro da fronteira de mãos dadas, vai continuar passando armas e droga e com a chancela do Estado, porque... e sistemas burocráticos. Lógico, não estou pregando que se abram as fronteiras. Mas estou querendo enaltecer a condição e a função da inteligência, porque se nós criarmos trâmites burocráticos ou presença física, ela será superada por meios, pelos ardis das instituições criminosas. Então, nós só vamos combater, se identificarmos as organizações, as suas estruturas, seu *modus operandi*, sistemas de financiamento, o modelo, que foi muito bem trabalhado aqui na CPI do Narcotráfico. Agora, o País toma uma decisão política: quer enfrentar, como já houve no passado em relação às drogas, às armas. Com certeza, isso levará a um aprimoramento das instituições. Mas nós precisamos ter esta noção: controle de fronteira, além das barreiras físicas naturais e também presença física de efetivos por si só não inibem. O que nós precisamos é entender o fluxo e a organização dessas instituições, o seu financiamento, suas estruturas de transporte e produzir prova qualificada que destrua, pela via processual, essa estrutura. Só assim nós conseguiremos. E sendo esta CPI um instrumento, como disse, que vai emprestar mobilização da sociedade em torno do tema, agregar às forças estaduais mais capacidade, vai acelerar o processo de integração entre os Estados, porque à medida que se opera junto e troca informações, com certeza nós aceleraremos a integração. Eu quero dizer que todo esse potencial de articulação da Secretaria com as forças estaduais estará à disposição dos senhores. E também a Secretaria, por estar à frente da política de segurança pública, vem participando ativamente de todos os eventos internacionais, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, tanto no âmbito do MERCOSUL, como em todas as Américas, se fazendo presente de forma qualificada, com técnicos, nessas áreas de terrorismo, controle de armas, estabelecendo articulação com os países vizinhos, a ponto de a ONU, através da UNILIREC, eleger o País para sediar um Centro Regional de Treinamento em



Segurança Pública com foco, neste primeiro momento, no controle de armas, com sede no Ministério da Justiça, sob a coordenação da SENASP, com a participação do Ministério da Defesa, ABIN, Polícia Federal. A própria ONU, com duas agências — o PNUD e a UNLIREC —, e a própria SENASP também estão trabalhando, já está constituído esse centro, para a troca de informações. Em dezembro, quando do lançamento, foi feito, em parceria com o Congresso Nacional, treinamento de Parlamentares e Assessores de Parlamentares no assunto armas, controles de armas e também para organizações não-governamentais, visando socializar o conhecimento nessa área. E essa capacidade de articulação regional também estará à disposição de V.Exas. para dar andamento a este trabalho. Agora, nós também trabalhamos muito na qualificação e treinamento dos efetivos policiais. Como eu disse, nós queremos que as forças policiais estaduais tenham a capacidade de investigação, demonstrada pela Polícia Federal, porque o que falta é estrutura, apoio tecnológico e recuperar todas as estruturas estaduais, que, ao longo de 20 anos, foram sucateadas, desmontadas. Ao mesmo tempo, a criminalidade foi se organizando, a violência urbana se instalando e o cidadão chegou em um ponto, no limite de aturar e cobra do Estado. O Estado olha para dentro da sua estrutura e a sua capacidade de resposta está zerada. O que nós estamos propondo é a reconstrução do sistema, com seu tempo natural de maturação e as limitações todas do nosso País, mas nós queremos, de alguma forma, demonstrar que estamos em um caminho de reconstrução da estrutura e que essa estrutura tem que ser qualificada, espelhada nas melhores práticas do País — e nós temos nas forças estaduais excelentes exemplos a serem difundidos pelo País também —, e queremos reconstruir esse modelo para que nós tenhamos capacidade de resposta para qualquer tipo de delito. Inclusive evitar o fracionamento das instituições, porque até mesmo a iniciativa privada tende a ter uma projeção na estrutura estadual. Cada setor quer apoiar e acaba, às vezes, fracionando as estruturas policiais. Nós queremos que ela, de uma forma institucional e forte, responda a qualquer demanda que atenda aos interesses da sociedade, como tal, e não fique submetida a apoios eventuais, que acabam por desestruturar as organizações. Dessa maneira, com instituições em processo de reconstrução, mudança de cultura, busca de produção da prova, estabelecimento de conceitos de inteligência, que hoje são muito difundidos, falta uma doutrina nessa área. Aí, cometem-se os abusos e também



cometem-se impropriedades na produção da prova, gerando impunidade, na medida em que as instituições não têm capacidade, de forma qualificada, de produzir uma prova. Com certeza, ninguém será condenado e nós teremos um ciclo da impunidade, que não será rompido. Então, nós temos um desafio: reconstruir e na velocidade que o cidadão quer. Isso é difícil. Mas eu entendo que a velocidade do processo será maior na medida em que haja mobilização. É um dos papéis importantes do Congresso essa mobilização. A CPI, com certeza, vai propiciar mobilização da sociedade e esforços das diferentes esferas e, com certeza, acaba também por apoiar a ação da SENASP na recuperação das instituições. Neste momento em que se instala o que a SENASP e o Ministério da Justiça pode colaborar, lógico que a polícia Federal dará o seu apoio, na medida em que cabe a ela a operacionalidade em termos federais, nós estamos colocando à disposição da CPI essa articulação com as forças estaduais e qualquer outra colaboração, inclusive de cunho pessoal, com base até na experiência de qualquer um dos integrantes da Secretaria, muitos já atuaram também pela Polícia Federal e outros também pelas polícias estaduais, e estamos colocando à disposição da CPI todo o apoio para complementar a capacidade da Polícia Federal. Se, eventualmente, precisarem de apoio, a Secretaria, com certeza, estará à disposição dos senhores. Como o tema é muito específico e a pauta dos senhores deve definir nomes a serem convocados, e eu não sei qual é o interesse do senhor no dia de hoje, eu estaria também disposto a responder a alguns questionamentos, porque, em linhas gerais, o que a SENASP tem para oferecer é essa articulação com os Estados, a estruturação da inteligência, resumindo, o sistema de informações, troca de informações através do INFOSEG com os Estados e apoio nas diferentes unidades da Federação, em razão da perfeita articulação que nós temos. E que somada ao aspecto operacional da Polícia Federal, com certeza, será um grande subsídio para a atuação da CPI. Eu prefiro, agora, até se o senhor quiser, a provocação a algumas perguntas, o que ficaria melhor à nossa exposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço ao Dr. Luiz Fernando a explanação inicial.

Ficamos muito felizes com a oferta de colaboração. Vamos precisar muito dela. Como tenho dito, a CPI é a amálgama que pode reunir as instituições, e é esse nosso trabalho. Não vamos fazer o papel das instituições, vamos reuni-las, fortalecê-



---

las, porque a CPI dura 1 ano, no máximo. Depois as instituições continuam e, se tudo der certo, mais fortalecidas.

Teremos um tempo reservado com o Secretário, quando vamos falar de alguns nomes sobre os quais poderemos já iniciar a investigação. Durante a audiência pública, os Deputados que quiserem, podem argüi-lo. Particularmente, vou aguardar o tempo reservado para conversarmos. Quem tiver alguma argüição pública...

Deputada Denise Frossard.

**A SRA. DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD** - Sr. Presidente, vou também me guardar para a conversa mais reservada, porque o tema exige e somos, aqui, uma CPI. Apenas desejo dizer que, todas às vezes que vejo nosso Secretário Luiz Fernando Corrêa, acho que devo pedir sempre desculpas a ele, em nome do meu Estado. Sempre repito isso, gosto de repetir de público, porque não quero que o senhor, mais uma vez, Secretário, tome aquele comportamento do então Secretário de Segurança e ex-Governador do Rio de Janeiro de absoluta descortesia ao senhor como comportamento do povo do Rio de Janeiro. Não é, absolutamente. Queremos que essa impressão possa ser desfeita. O senhor é um homem público, um técnico que lá esteve para oferecer o auxílio do Ministério da Justiça e foi confrontado com pedidos absolutamente ilegais e descabidos, mas que eram nitidamente para se jogar para a platéia.

Refiro-me à cooperação, Sr. Presidente, que o Ministério da Justiça colocou à disposição de que foi portador o Secretário Nacional, Dr. Luiz Fernando Corrêa. Chegou lá como técnico, não é político, homem que chegou lá com toda boa-fé e foi recebido com pedidos descabidos, tipo “Eu quero 4 mil homens sob o meu comando”, como se uma força federal pudesse ficar sob o comando do “Coronel Bolinha”.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Vou seguir a ordem de inscrição preexistente.

Pergunto aos Deputados se querem manifestar-se agora ou depois. (Pausa.)

O Deputado Francisco Appio é o primeiro.

**O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO** - Sr. Presidente, saúdo o Delegado Luiz Fernando Corrêa pelo grande papel que desempenhou e vem



---

desempenhando, nosso Relator Paulo Pimenta, à frente da CPI do Crime Organizado, que veio, aliás, na seqüência da CPI do Narcotráfico. Foi o trabalho realizado aqui pelo Deputado Moroni e outros Deputados demais que provocou, no Rio Grande do Sul, o Deputado Paulo Pimenta requerer aquela Comissão.

Delegado Luiz Fernando Corrêa, V.Sa. pôde estabelecer uma nova cultura, no sentido de que a inteligência é a melhor das armas. A experiência e a bem sucedida CPI, que remeteu como notícia crime, encaminhou dezenas, mais de uma centena de pessoas associadas ao narcotráfico, roubo de cargas, tráfico de armas, naturalmente legítima sua presença aqui, porque nos anima, já que temos uma Secretaria Nacional integrada com os Estados, e tem vários projetos, um dos quais é a razão da minha pergunta, além do agradecimento pela sua presença, que é exatamente o Projeto SINIVEM. Veja bem, as armas estão entrando pelas fronteiras. Seja via aérea, seja via terrestre, elas vieram do Uruguai, da Argentina, do Paraguai.

O que é, exatamente, o Projeto SINIVEM, que, com a experiência, lá, do Sul, V.Sa. está implantando atualmente?

**O SR. LUIZ FRANCISCO CORRÊA** - O Projeto SINIVEM nasceu no âmbito privado, que é da FENASEG, da Federação das Seguradoras, visando ao combate à fraude nos seguros de veículos roubados. O princípio era articulado com as polícias estaduais: veículos em trânsito envolvidos em qualquer ocorrência de furto ou roubo, detectados por câmaras instaladas na fronteira, que, capturando a imagem da placa, confrontariam com o banco de dados de ocorrências; havendo uma ocorrência com aquele veículo, dispara um alarme para o posto policial mais próximo. Nós percebemos nessa ferramenta, além dessa atividade específica, que ela tinha um alcance muito maior para combate de outros tantos delitos. E foram feitas adequações para torná-la uma ferramenta de cunho de segurança pública mais ampla, e hoje ela está disponível no sistema INFOSEG. Isso significa que, se nós ampliarmos a malha, nós podemos fazer um registro, uma ocorrência de um carro suspeito, investigado sobre droga ou armas, se for o caso, e termos o controle da área por onde ele anda circulando. Esse dado trafega num ambiente seguro estatal, que é dentro do Ministério da Justiça, onde se encontram a imagem capturada na estrada e o cruzamento com o banco de dados de DENATRAN, num ambiente seguro, dentro do sistema INFOSEG, que dispara o alarme, pode ser num celular, pode ser no posto policial da Polícia Rodoviária, que é parceira no projeto, e a



---

Polícia Federal também, para que esse veículo seja abordado. Hoje tem um número reduzido, mas pretendemos, com apoio de setores da economia, fazer uma parceria, ampliar a malha de câmaras para colocar à disposição da segurança pública. Um sistema seguro, auditável, que permite o controle dos acessos, inibindo qualquer desvio da sua finalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Francisco Appio, que também atuou como Relator na CPI, no Rio Grande do Sul, onde o nosso Relator era o Presidente.

Deputado Colbert Martins. (Pausa.)

O Deputado Neucimar Fraga tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Sr. Presidente, vou me guardar também para a audiência reservada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

Deputado Edson Duarte, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE** - Rapidamente, Sr. Presidente, desejo cumprimentar o Delegado e parabenizá-lo pelo desempenho, pela função que exerce de forma muito competente e discreta.

Dr. Luiz Fernando, o senhor falou a respeito dessa rede de parceria, de cooperação, de informação com os Estados. Como ela está? Está funcionando bem? O que precisa ser feito? O que avançou nesses últimos anos? Há equilíbrio nessa relação entre os Estados da Federação? O comportamento de todos os Estados está no mesmo nível de trabalho, de estrutura, de cooperação? Há um desnível em relação a um ou outro Estado?

Nessa mesma linha do que estava abordando o Deputado Francisco Appio, sobre a situação das nossas fronteiras, pergunto: como se dá a relação do Brasil com os países que fazem fronteira com ele nessa área da questão do tráfico de armas? Como está, em que nível e se há também certo equilíbrio na relação entre todos os países ou se algum ou outro país..., há alguma dificuldade nessa relação e nesse trabalho desenvolvido pelos senhores?

**O SR. LUIZ FERNANDO CORREA** - A relação com os Estados, diria que, em termos, assim, a relação política da SENASP, hoje, é tranquila com todos. Fomos construindo, porque temos uma atuação eminentemente técnica, tratamos com os níveis políticos a própria relação — a postura do Ministro é nesse sentido num



---

relacionamento, e não poderia deixar de ser — com todos os Estados, articulam-nos com as Secretarias de Segurança Pública, mas, na construção da solução técnica, não há imposição pela SENASP. O que é a nossa estratégia? Chama o colega estadual, que vai executar aquela ação no dia-a-dia, e ele constrói o modelo em parceria. Lógico que emprestamos nossa experiência, colhemos as experiências dos demais colegas e temos um parâmetro que é uma política nacional de Segurança Pública, que é resumo do bom senso. Qualquer pessoa que for falar sobre segurança pública não vai fugir muito do que está escrito no programa. Então, a relação, nesse nível, é muito boa na medida em que se constrói. Então, em termos políticos, é tranquila a relação. O que temos são diferenças em termos de suporte tecnológico, nós temos ilhas de excelência e Estados mais atrasados e estamos superando isso exatamente com essa troca. Vou dar um exemplo a V.Exa., no caso da construção do novo modelo do INFOSEG. Estamos em 2005 e, nos primeiros dias de 2004, houve um desconforto entre o Rio Grande do Sul e o Paraná envolvendo dados sobre um cidadão que matava menores, crianças na região de Passo Fundo, e que transitou pelo Paraná e o sistema não permitiu a identificação. Dependia de atualização, diferenças tecnológicas. Superamos isso com investimento baixo, nivelamos. Os bancos de dados eram tratados pelas empresas de processamento dos Estados que, entre si, não se falavam, nem elas com as próprias instituições, a relação não era muito tranquila. Fizemos um convênio com a ABEP, que é uma agência, uma associação que congrega todas essas empresas estaduais, isso permitiu padronizar a linguagem e um começou a emprestar capacidade para o outro. Então, Estados que não tinham nada em termos tecnológicos, um tinha, emprestava tudo aquilo e pegávamos os técnicos de um terceiro Estado para trazer a esse Estado que estava precisando de socorro, para nivelá-lo tecnologicamente. Então, os 27 Estados estão hoje interligados nesse banco de dados e não é um banco único. Não queremos centralizar, queremos o acesso, uma via de acesso — os bancos são estaduais —, e criamos um ambiente que permita a eles alimentar em tempo real, com segurança e velocidade. Hoje, a tecnologia está pronta para uma consulta via Internet, por *palm*, por celular e, remotamente, por uma viatura. É lógico que temos de dotar os Estados com essas capacidades. Alguns têm, outros não têm. Mas a grande estrutura está pronta. Agora, estamos...



---

**O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE** - Mas, essa diferença chega a comprometer, em algum ponto, o cumprimento das metas daquilo que vem sendo desenvolvido?

**O SR. LUIZ FERNANDO CORREA** - Não, porque, nesse nível de compensação e de integração, hoje, até há bem pouco tempo, não imaginávamos policiais de um Estado trabalhando em outro. Hoje se fala — nós temos, e vou citar o nome dos Estados — Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte vão interligar fisicamente as inteligências como se fosse uma só. Isso é um avanço significativo. As quadrilhas que atuam no Nordeste não assaltam mais bancos, mas tomam cidades e, muitas vezes, as armas são da região Sudeste — levantamentos de informações privilegiadas — para atuar num determinado Estado. Essas quadrilhas estão sendo enfrentadas em conjunto pelos Estados do Nordeste com telefonemas entre os Secretários. Os efetivos circulam, assim como a informação, no território um do outro com um único objetivo: acabar com as quadrilhas. A ponto de, hoje, podermos afirmar que, no Nordeste, naquelas tradicionais, deve haver umas quatro que já estão desenhadas e, com esse trabalho totalmente integrado, eles estão enfrentando, e mais o apoio sempre da Polícia Federal com sua Superintendência. Quero dizer com isso que, se eventualmente houver comprometimento na diferença do parque tecnológico entre um e outro, essa capacidade, hoje, a disponibilidade de cooperação e a integração, acaba por superar. E isso, considerando que temos como caixa de ressonância dois ou três Estados no País, não é perceptível, mas nós estamos. Vou dar um exemplo a V.Exa. do Espírito Santo quando a força nacional foi mobilizada pela primeira vez. Estados que, em termos partidários, seriam adversários do Governo Federal, prontamente apoiaram com logística, no caso de São Paulo, com um mínimo de formalidade. Com um telefonema nosso para o Secretário Saulo, ele consultou o Governador, plenamente apoiou e, nesse sentido, estamos trabalhando no País inteiro. Agora, dotar cada homem, cada viatura, de capacidade plena é um processo demorado de reconstrução a que me refiro. As bases de entrosamento, de troca de informações, as resistências, chavões antigos — "quem tem informação tem o poder" —, hoje, a consciência é que a informação tem de circular com segurança e chegar onde cause o melhor resultado no interesse social, no caso do combate à criminalidade. Então, existe esse cenário. Nós estamos buscando, agora, colocar a tecnologia na medida em que dote as



---

instituições estaduais de um padrão, de uma doutrina, porque não adianta ter um parque tecnológico e equipamentos de primeiro mundo, em São Paulo, no Rio, no Distrito Federal, no Rio Grande do Sul, se não se consegue falar nisso. Então, hoje, estamos construindo ambientes. Pela manhã, houve uma reunião com os técnicos da Polícia Federal e um grupo de trabalho de Peritos na área de Produção da Prova na Fonética Forense. Estamos trabalhando muito. Hoje em dia, utiliza-se muito interceptação telefônica e gravações, mas não adianta dotar os Estados dessa capacidade se não preparamos peritos para atender à demanda pericial desse dado. Assim, eles estão construindo uma doutrina que não há no mundo. Se procurarmos, não existe um referencial no mundo. E a excelência reunida dos peritos brasileiros mais o apoio do meio acadêmico estão produzindo um modelo que, na prática, a Polícia Federal vem aplicando. Alguns Estados isolados e essas ilhas de excelência se reuniram para produzir um padrão no Brasil. E vamos difundir isso para que qualquer delegacia, qualquer inquérito seja instruído com uma prova confiável. Isso mostra integração perfeita, e é isso que queremos à medida que formos avançando no reequipamento das polícias e da capacidade de resposta dos Estados. Isso está avançando. Internamente, então, diria a V.Exa. que estamos procurando nivelar por cima e não por baixo. Estamos pegando o padrão Polícia Federal, a Polícia de São Paulo está com investimento pesado, o Rio Grande do Sul também está mudando toda sua plataforma, Minas Gerais, e Pernambuco é também uma ilha de excelência. Assim, estamos procurando nivelar, por cima, num padrão de melhor qualidade internamente, com ambiente muito tranqüilo nas relações políticas e o trânsito da SENASP com os Estados. No âmbito regional, a Secretaria se tem feito presente, como disse, em todos esses eventos de MERCOSUL e de maior abrangência com representantes na área de terrorismo e controle de armas. O Ministério da Justiça participa também com a recuperação de ativos e acordos internacionais e a Polícia Federal também se faz presente. O que se percebe também são diferenças até maiores que na relação dos nossos Estados e o País, Brasil, tem avançado muito em relação a esses outros países. E, nesse assunto armas, temos de... Inclusive, há uma ação, e espero que a CPI empreste à política brasileira maior capacidade de uma ação mais efetiva nessas relações, contribuindo, inclusive, com países que estão muito mais atrasados em termos legislativos, de



---

estrutura de controle, que tenhamos capacidade de emprestar e, de forma incisiva, transferir nossa...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. LUIZ FERNANDO CORREA** - Não, não. Os fóruns adequados estão funcionando. Para que V.Exa. tenha idéia, há uma rede de inteligência criptografada que circula nesses países, então, já articulada com os países do MERCOSUL com o mesmo formato. O Paraguai teve uma dificuldade, há pouco tempo, na manutenção desses equipamentos e técnicos da SENASP foram até lá para fazer a manutenção. Portanto, existe uma boa relação. Precisamos é de uma definição de posturas políticas dos Governos efetiva. Mas o ambiente é propício. Agora, são diferenças de estágios tecnológicos bem significativos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar o Dr. Luiz Fernando pelo trabalho que vem realizando à frente da SENASP, a experiência que teve no Rio Grande do Sul e que tivemos a oportunidade, no Rio de Janeiro, de participar e verificar também o que S.Sa. está implantando também no Rio de Janeiro e dos resultados que tem trazido para o combate ao crime organizado, enfim, a própria lavagem de dinheiro. Queria perguntar sobre um aspecto que V.Sa. colocou referente à qualificação das forças policiais. Queria saber, já tive oportunidade de conversar com o senhor sobre a experiência daquela força especial, que são policiais que vêm dos Estados e que são treinados na Academia de Polícia Federal e, quando há uma ação em algum Estado, são convocados para trabalhar. Isso continua? Como está sendo feito agora? Há, por parte das forças policiais dos Estados, cooperação ou ainda há Comandantes ou Secretários que não vêm com bons olhos essa qualificação?

**O SR. LUIZ FERNANDO CORREA** - Como disse, inicialmente, esse programa não visa constituir uma tropa de empregos. Ele tem essa potencialidade. A prioridade na Secretaria é que o programa da força nacional seja instrumento para nivelar o conhecimento. Da mesma forma que, na parte tecnológica, nivelar por cima, também nivelar por cima as Polícias Militares com as melhores práticas. E isso nós estamos buscando. Queremos nivelar para poder fixar doutrina em termos nacionais, padronizar procedimentos. Se padronizarmos procedimentos, podemos padronizar equipamentos, o que implica maior ganho em escala no investimento dos



---

recursos, sejam federais, sejam estaduais, e gerar uma interoperabilidade entre elas, reproduzindo internamente no País o que a ONU faz para o mundo e nós, considerando que o crime não observa os limites, que um Estado complemente uma eventual redução de capacidade de um Estado co-irmão. Esse é o princípio que move. E, ali, estamos melhorando as técnicas do emprego legal da força, trabalhando conceitos de direitos humanos, a consciência de que a ação policial, por mais legal e legítima que seja, causa danos humanitários no entorno daquela ação legal e, enquanto servidor público, ele tem de ter noção disso. Discutem-se direitos humanos não como aula formal regular e, sim, em diferentes instruções. Um homem, numa linha de tiro, treinando com um fuzil com alto poder de fogo, ser questionado se tem noção sobre o que significa aquele poder de fogo numa área densamente habitada, além de qualificá-lo no emprego desse equipamento. E o mais importante: não é um modelo que nós desenhamos. Nós propiciamos o ambiente para que policiais militares de referência do País construíssem o modelo. Então, esse é conceito em todas as áreas. Nessa área, e temos exemplos de quanto muda a postura. Cito sempre, quando falo um exemplo de um oficial instrutor de São Paulo, que é especialista em técnica de abordagem, que abre a instrução dele dizendo que, ao final de uma abordagem, tem dois resultados possíveis: ou vão prender alguém ou vão fazer um amigo da Polícia. Isso já muda a relação da Polícia com o cidadão; não olha como inimigo e, sim, como um cidadão que tem seus direitos, sem, com isso, fazer com que a Polícia ou que o policial sinta que está mitigando sua capacidade. Não, nós queremos um emprego legal da força e que ele tenha consciência de que essa força tem limites e até onde vai essa força. Tem de desenvolver isso. E, para nossa alegria, hoje, são 2 mil e 740 policiais, até Capitão, que já passaram por esse estágio e não temos qualquer incidente de abuso de autoridade ou violência envolvendo qualquer um deles. Isso mostra que, sempre que se discutiu segurança pública, excluiu-se a Polícia. Então, se as instituições estão contaminadas e precisam ser redesenhadadas, não podemos atribuir isso aos 550 mil homens e mulheres que compõem as polícias. Até porque, em média, são 10 anos de serviço, de investimento, e seria uma temeridade abrir mão desse investimento público. Então, a idéia é resgatar nesses homens a auto-estima e dotá-los de melhores equipamentos. Como disse, são 2 mil e 740 num universo de 500 mil, mas são multiplicadores. Alguns efeitos já estão acontecendo e V.Exa. deve ser, no seu



---

Estado, um deles. No afã de participar do programa, todos têm procurado se enquadrar no perfil e um dos itens é não estar envolvido em qualquer incidente disciplinar, qualificação, preparo físico. Então, está havendo um verdadeiro vestibular dentro das instituições para participar do programa e isso está refletindo, até, no aspecto disciplinar. E os Comandantes estão usando. Quanto ao apoio, hoje, todos os 27 Estados estão integrados. O Rio de Janeiro demorou um pouco mais, mas entrou firme e forneceu, no início do programa, instrutores na área de Bombeiros. E temos o apoio das instituições. Não há resistência por parte dos Comandantes e também dos governos estaduais. Eles estão apostando como um instrumento de requalificação dos servidores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado.

Deputada Zulaiê Cobra tem a palavra e, logo após, passaremos, então, à sessão reservada.

**A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA** - Dr. Luiz Fernando Correa, é um prazer muito grande estar aqui com o senhor hoje, numa audiência muito importante para nós, membros desta CPI. Cumprimento nosso Presidente Moroni Torgan, nosso Relator Paulo Pimenta. Tenho uma curiosidade muito grande. O senhor sabe que, de Polícia, sei muito, mas tenho uma má vontade muito grande com o Ministério Público e com a Magistratura. Acho que isso é algo que empeira um pouco tudo na vida. Quando o senhor dizia desse intercâmbio da Polícia de todos os Estados, respondendo à pergunta do Deputado, pensava comigo: como é feito isso em relação à Justiça e ao Ministério Público? Porque, por exemplo: eles têm as armas dos Ministérios Públicos do Brasil todo, quer dizer, de todos os Promotores? Elas são cadastradas? As armas dos Juízes de todos os nossos Estados brasileiros, de todos os Municípios, são cadastradas? A Polícia Federal tem controle sobre todas essas armas de Juízes, Promotores, Desembargadores, enfim, que têm usado ao longo desses anos todos as armas? Outra pergunta que tenho muita curiosidade de saber a resposta. Quando temos um carro, o carro tem um IPVA, o carro tem um registro anual. A arma não tem um registro anual. Então, como é que são feitas as apurações dessas armas, que, muitas vezes, quebram, ou são roubadas, furtadas? Dão outras armas a esses Juízes, a esses Promotores? Quer dizer, a minha preocupação é saber se existe na Polícia Federal do Brasil um controle das armas que são usadas no Poder Judiciário e no Ministério Público.



---

**O SR. LUIZ FERNANDO CORREA** - Tudo bem. Dentro da Polícia Federal existe um Sistema Nacional de Armas, o SINARM, que está agora, inclusive, disponível dentro do sistema INFOSEG, e também o SIGMA das Forças Armadas, e, hoje, os dois sistemas estão sendo interligados. O Juiz, como qualquer outro cidadão, vai ter esse registro no SINARM e, se fizer uma segunda arma, no caso do extravio... se houver extravio, vai ter de ter a Ocorrência e vai ter de estar registrado no INFOSEG também. E também, no caso da segunda arma, ele vai ter de buscar esse registro. Então, existe, sim, esse sistema. O que nós precisamos, agora, em termos de armas é, primeiro, aproximar os 2 bancos, interligar os 2 bancos: o do Exército com o da Polícia Federal. Isso eu acho que é o principal para fecharmos todos os ciclos que, até então, eram um pouco distanciados e, hoje, estão sendo redesenhados em conjunto. E a disponibilidade do acesso, hoje, está garantida a qualquer unidade: ao Judiciário, ao Ministério Público — está dentro do INFOSEG. Quer dizer, então, tem o acesso. O maior problema que existia era a falta de controle, porque as Forças Armadas têm o controle das Polícias Estaduais e das Polícias Militares, que estão todas registradas lá dentro. E nós precisamos fazer esse *link* entre os 2 bancos, para que se tenha um efetivo controle sobre todas essas armas.

**A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA** - O Ministério Público, a Magistratura, se eu quiser acionar, eu vou acionar?

**O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA** - Não institucionalmente.

**A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA** - Porque eles não são dados a estarem transparentes.

**O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA** - O senhor nunca viu olerite de um Juiz.

**O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA** - Está certo.

**A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA** - Eu duvido que o senhor tenha visto porque eu nunca vi. A única vez que tentaram pegar olerite de Juiz e colocar nos jornais não conseguiram.

Deputado... olerite de Deputado sai por aí, anda em todos os lugares; o Executivo também tem todos os olerites abertos e transparentes. Então, eu estou



---

perguntando isso porque eu duvido um pouco, mas se o senhor falou, eu acredito no senhor.

**O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA** - Não, com certeza, porque é individual, não tem é institucional.

**A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA** - Porque eu vou levantar, porque têm promotores que têm 2 armas. Alguns até que têm armas que não são oficiais.

**O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA** - Não, mas com certeza. Aí, essa aí nós não temos controle.

**A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA** - Aquele caso, em São Paulo, daquele promotor, o Igor, que matou a mulher: deram uma busca e apreensão, e apreenderam, na casa do Igor, várias armas que eram privativas do Exército.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputada.

**O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA** - O que o controle busca é, a partir dessas armas localizadas, fazer o rastreio para tentar ver como chegou até ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Com a palavra, para finalizar, o Deputado Josias Quintal.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Sr. Presidente, é uma breve comunicação que eu creio que tem pertinência. Eu estou chegando agora da embaixada americana, onde nos reunimos com o Embaixador e um grupo de Parlamentares da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria, onde fomos levar as nossas preocupações ante notícias veiculadas pela imprensa nacional e internacional de que o Brasil está incluído numa chamada Lista 301 — que é de países que pouco ou nada fazem para combater a pirataria. E o Brasil deve sofrer sanções comerciais por parte do Governo americano, por conta dessa fraca atuação no combate à pirataria. Então, lembrar a V.Exa. que esta Comissão Parlamentar de Inquérito de Tráfico de Armas, em algum momento, vai também esbarrar em alguma arma de procedência americana. Isso deve, em algum momento, também, servir para argumentação nossa diante dessa possível atitude americana. Parece que estão muito preocupados com os *royalties* que deixam de ser encaminhados para os Estados Unidos — 1,2 bilhões de dólares de *royalties* por ano — e poucos estão preocupados com o armamento que de lá vem aqui para o Brasil para ceifar vidas também. Então, é apenas uma informação que eu julgo — com minhas escusas —



---

pertinentes para esta Comissão. Parabenizo esta Comissão, mais uma vez, porque ainda que pontualmente vai tocar nessa questão maior que é contrabando também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Perfeito. Obrigado.

Deixa-me fazer só um comunicado. Eu gostaria de ouvir, terça-feira que vem, à tarde, o General José Rosalvo Leitão de Almeida, que cuida justamente de todo esse aparato de armas do Exército. Então, nós teríamos que fazer um ofício ao Comandante do Exército, eu acho até que ao Ministro da Defesa. Depois, eu gostaria que a Secretaria providenciasse toda essa burocracia, para que fosse enviado um ofício ao Ministro da Defesa e ao Comandante do Exército, para que este General, José Rosalvo Leitão de Almeida, possa vir aqui com informações sobre esse movimento de armas no Brasil.

Então, eu submeto à discussão a oitiva desse General ao plenário.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Então, eu peço à Secretaria, depois, que já faça os contatos para isso. A partir deste momento, eu vou transformar esta reunião em reservada, para que possamos debater assuntos de possíveis indiciados e testemunhas a serem ouvidas. (Pausa.)

Vou tornar esta reunião em secreta — aí não haverá nem gravação.

Designo, depois, o Deputado Pimenta para fazer um resumo do que foi debatido aqui nesta reunião.

*(A reunião é transformada em reservada.)*